

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Altera a Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam alterados o inciso II do art. 5º, *caput* do art. 9º, art. 16, *caput* do art. 17 e seu §1º, *caput* do art. 18, *caput* do art. 21, incisos III e V do §1º do art. 23, incisos I e II do §2º do art. 23, §§ 2º e 3º do art. 29 todos da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, os quais passaram a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

I –

II – Conselho Tutelar

Art. 9º O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA compor-se-á de 10 (dez) membros titulares, e seus suplentes, paritariamente representativos de órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada, desde que não seja representada neste Conselho.

[...]

Art. 16. O Fundo Municipal será administrado por uma junta composta por representantes do Poder Executivo, na qual será obrigatória a participação de um representante da Secretaria da Fazenda, e será deliberado e fiscalizado pelo CMDCA, respeitando as normas a serem estabelecidas no Regulamento desta Lei.

Art. 17. Fica instituído o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§1º A Lei Orçamentária Municipal deverá, em programas de trabalho específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para

as despesas com subsídios e cursos de formação continuada dos Conselheiros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas.

[...]

Art. 18. O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, em igualdade de condições com os demais pretendentes.

Parágrafo único.

Art. 21. O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ocorrer no primeiro domingo de outubro após as eleições presidenciais, devendo ser organizado mediante resolução do CMDCA e pelo Ministério Público.

Parágrafo único.

Art. 23.

§1º

I -

II -

III - residir no Município, no mínimo, há 05 (cinco) anos;

IV -

V - curso de formação com carga horária mínima de 100 horas, oferecido pelo CMDCA, com presença mínima de 75% no curso;

VI -

§2º

I - participação em curso ofertado pelo CMDCA do Município na área da Infância e Adolescência;

II - realização de prova escrita sobre o tema específico do curso de que trata a alínea anterior e da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, na qual o candidato deverá alcançar, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acertos.

Art. 29.

§1º

§2º De segunda à sexta-feira, a sede do Conselho Tutelar ficará aberta por, no mínimo, 08 (oito) horas diárias, das 8h às 12h e das 13h às 17h, sendo obrigatória a presença de 3 (três) Conselheiros Tutelares no local durante esse período.

§3º Aos sábados domingos e feriados, o Conselho Tutelar

funcionará em regime de plantão.”

Art. 2º Fica inserido o inciso VII no §1º do art. 23 da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 23.

§1º

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII - demais requisitos conforme edital.

[...]

Art. 3º Ficam expressamente revogadas as alíneas “a” e “f” do §1º do art. 9º da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 4º Fica alterado o nome do capítulo IV do Título II da Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: “DO CONSELHO TUTELAR”.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski

Secretária da Administração em substituição

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 018, de 20 de fevereiro de 2015, que *“Altera a Lei Municipal nº 2.792, de 12 de dezembro de 2007”*.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade atender a solicitação CMDCA do Município para alterar a Lei Municipal nº 2.792/2007, através do Ofício nº 31/2014, cujas alterações foram debatidas e solicitadas durante as reuniões ordinárias deste Conselho ao longo do ano.

Ademais, dentre as alterações sugeridas com aspectos voltados a qualificação técnica do candidato a conselheiro tutelar, bem como a majoração do mandato do conselho tutelar para 4 anos, obedecem os exatos termos da Lei 12.696, de 25 de julho de 2012, que altera vários dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos manifestação dos nobres Edis com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal